PODER

Poucas chances de reverter tarifaço

Donald Trump e secretário de Comércio dos EUA avisam que a taxação está programada para entrar em vigor a partir de sexta-feira. Comitiva de senadores começa hoje, em Washington, contatos para buscar alguma abertura que seja favorável ao Brasil

» FABIO GRECCHI
» VANILSON OLIVEIRA

Tasos Katopodis/Getty Images/AFP

Lutnick (E) afirmou que Trump está sempre disposto a ouvir. Mas se será convencido pelos argumentos contrários, esse é outro problema

> **Com certeza não haverá mais prorrogações, não haverá mais [período de] carência. As tarifas estão programadas para o dia 1º de agosto. Colocaremos a Alfândega para começar a coletar o dinheiro"**
>
> ***Secretário de Comércio dos EUA,*** *Howard Lutnik*

> **Reiteramos que a soberania do Brasil e o Estado Democrático de Direito são inegociáveis. O governo continua e seguirá aberto ao debate das questões comerciais, em uma postura que já é clara também para o governo norte-americano"**
>
> ***Trecho na nota divulgada pelo MDIC reafirmando a disposição em negociar***

> **Nem a União Soviética teria feito algo assim. Países não têm amigos, têm interesses. Mas Trump não tem nem amigos nem interesses, só desejos"**
>
> ***Embaixador Celso Amorim,*** em entrevista ao *Financial Times*

Apesar dos esforços do governo e da missão de senadores — que a partir de hoje negocia com empresários e políticos norte-americanos alguma medida relacionada à taxação de 50% a ser imposta aos produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos —, é considerada nula a hipótese de adiamento ou suspensão do tarifaço decretado por Donald Trump. O presidente anunciou, ontem, que "o 1º de agosto é para todos", o que inclui o Brasil. A afirmação reforçou o comentário do secretário de Comércio, Howard Lutnick, em entrevista, mais cedo, ao programa Fox News Sunday.

"Com certeza não haverá mais prorrogações, não haverá mais [período de] carência. As tarifas estão programadas para o dia 1º de agosto. Colocaremos a Alfândega para começar a coletar o dinheiro", garantiu.

Lutnick deixou claro que a questão do Brasil, de todas as nações às quais os EUA decidiram taxar importações, é a mais difícil por conta do componente político — Trump atrelou a tarifação ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, no Supremo Tribunal Federal (STF), por tentativa de golpe de Estado — e porque o Brasil não está no topo da lista de prioridades do comércio norte-americano.

"Obviamente, após 1º de agosto, as pessoas ainda poderão falar com o presidente Trump. Ele está sempre disposto a ouvir. Até lá, acho que o presidente vai falar com muitas pessoas. Se elas podem fazê-lo feliz é outra questão", acrescentou.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro da Indústria, Comércio e Serviço, conversou longamente com Lutnick, em 19 de julho, e ouviu do secretário que todas as negociações comerciais estão concentradas na Casa Branca. E é aí que reside o grande problema brasileiro: não há um interlocutor com o atual governo dos EUA desde que Trump retornou à Presidência, em janeiro.

Ontem à noite, depois que o secretário dos EUA dissera que está tudo programado para o tarifaço vigorar a partir da sexta-feira, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio emitiu uma nota na qual afirma que "desde o anúncio das medidas unilaterais feito pelo governo norte-americano, o governo brasileiro, por orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vem buscando negociação com base em diálogo, sem qualquer contaminação política ou ideológica".

Prossegue a nota afirmando que "reiteramos que a soberania do Brasil e o Estado Democrático de Direito são inegociáveis. No entanto, o governo brasileiro continua e seguirá aberto ao debate das questões comerciais, em uma postura que já é clara também para o governo norte-americano".

E finaliza a nota: "O Brasil e os Estados Unidos mantêm uma relação econômica robusta e de alto nível há mais de 200 anos. O governo brasileiro espera preservar e fortalecer essa parceria histórica, assegurando que ela continue a refletir a profundidade e a importância de nossos laços".

A comitiva de senadores que está em Washingon está ciente das dificuldades que enfrentará exatamente pela falta de uma ponte junto a Trump. O chanceler Mauro Vieira auxiliará os parlamentares nos contatos. Procurado pelo **Correio** para dar um panorama sobre as possibilidades, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi lacônico e, de certa forma, sintetizou o estado de espírito da missão quanto ao sucesso da viagem. "Muita conversa e expectativa na nossa capacidade de se reinventar", disse.

Nem a URSS

Em entrevista ao *Financial Times*, publicada no fim de semana, o embaixador aposentado Celso Amorim — principal assessor de política externa de Lula — disse que a tentativa de Trump se imiscuir em assuntos brasileiros não tem precedentes "nem em tempos coloniais". "Nem a União Soviética teria feito algo assim", criticou. Para o diplomata, Trump age politicamente em favor de Bolsonaro, "seu amigo".

Amorim deixou claro, porém, que a decisão brasileira de aprofundar sua participação no Brics é irreversível e não haverá recuo, apesar das pressões de Trump. Segundo o assessor de Lula, "o que está acontecendo (a expectativa de que passe a vigorar o tarifaço) está reforçando nossas relações com o Brics, porque queremos diversificar nossas relações e não depender de nenhum país só". O embaixador frisou que, por conta dessa sanção dos EUA, o Brasil está pronto para fortalecer vínculos com países da Europa, da Ásia e da América do Sul.

Para Amorim, o Brics não tem caráter ideológico e pode ser uma válvula de escape do Brasil por conta da postura unilateral e isolacionista que Trump pretende impor aos EUA. "Países não têm amigos, têm interesses. Mas Trump não tem nem amigos nem interesses, só desejos", criticou, acrescentando que o presidente norte-americano é "a ilustração do poder absoluto".

Segundo o assessor de Lula, há alguma saída para o Brasil a médio prazo, caso o tarifaço passe mesmo a vigorar a partir de sexta-feira. Conforme disse, o Canadá — que foi ameaçado até de anexação por Trump, que chegou a tratar o país vizinho como 51º estado dos EUA — demonstrou interesse em negociar um acordo de livre comércio. Ainda segundo Amorim, o momento é excelente para destravar o acordo entre Mercosul e União Europeia.

Improviso

Para o economista César Bergo, professor da Universidade de Brasília (UnB), o Brasil demorou a reagir de forma estratégica à iminente imposição das tarifas. Segundo ele, a resposta do governo tem sido marcada por improviso e despreparo diante de um cenário internacional cada vez mais hostil, politicamente articulado e com impactos significativos para a economia nacional.

"O Brasil acordou tarde. A comitiva enviada aos Estados Unidos, embora simbólica, não terá poder de interlocução real com os tomadores de decisão", advertiu.

Para Bergo, a postura reativa do Brasil evidencia a falta de um "plano B" diante da consolidação da política protecionista de Trump, que articula a medida como parte de uma estratégia política mais ampla. "A tarifa de 50% não é apenas uma questão econômica. É uma sanção comercial com forte conteúdo político. E, nesse jogo, o Brasil entrou despreparado, inclusive com falhas graves na diplomacia", criticou.

Bergo aponta que a reação brasileira ficou restrita a discursos e movimentos de última hora, quando já estava claro o endurecimento da postura norte-americana. Ele também avalia que o governo Lula subestimou o impacto das movimentações de bastidores do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que vem há meses solapando as relações entre os dois países.

"Houve, sim, um trabalho de base feito por Eduardo junto a setores do Partido Republicano. Mesmo que tenha sido informal, foi eficaz. O Brasil ignorou esse movimento e está pagando o preço agora", lamentou.

Acordo com a UE

Alheio à situação do Brasil, Trump chegou, ontem, a um acordo tarifário com a União Europeia, após uma breve reunião com a líder da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. As negociações foram destinadas a evitar penalidades comerciais aos americanos e uma retaliação da Europa, que poderiam causar ondas de choque nas economias ao redor do mundo.

"Foi uma negociação muito interessante. Acho que será ótimo para ambas as partes", observou Trump, que antes do acordo havia ameaçado uma tarifa de 30% sobre produtos europeus a partir de 1º de agosto, que baixou para 15%. Trump e Ursula realizaram conversas em um dos campos de golfe do presidente norte-americano na Escócia.

Ele reafirmou que busca justiça comercial para os EUA. A líder europeia concordou que a UE é superavitária na relação comercial e que é necessário rebalancear.

"Quem não quiser pagar nenhuma tarifa deve abrir uma fábrica nos EUA. Não vendemos carros ou produtos do agronegócio para a Europa. Eles vendem milhões de carros para os EUA", resumiu o presidente.

Segundo Ursula, a tarifa acordada de 15% compreende a maior parte dos produtos que seriam taxados — entre eles, carros, semicondutores e fármacos. "Estes 15% são um teto claro, portanto, sem acumulação", explicou a líder da UE, acrescentando que foi ajustada uma taxação zero em uma série de produtos estratégicos.

Guerra comercial

Quem já conseguiu negociar com Trump

» União Europeia
A nova tarifa, de 15%, representa uma diminuição significativa em relação aos 30% que estavam sendo praticados anteriormente. Segundo Trump, o acordo foi selado após um anúncio de que o bloco europeu concordou em gastar US$ 750 bilhões do setor de energia e investir US$ 600 bilhões nos Estados Unidos. O acordo irá "reequilibrar e possibilitar o comércio para ambos os lados", disse Ursula von der Leyen.

» Japão
Em 22 de julho, Trump comunicou um acordo com o Japão para reduzir a alíquota tarifária de 25%, imposta no começo de julho, para 15%. Em contrapartida, o país asiático se compromete a investir US$ 550 bilhões nos EUA, além de abrir seu mercado a produtos agrícolas e automotivos norte-americanos. O aço e o alumínio japonês foram excluídos do documento e permanecem com a tarifa anterior, de 25%. A divulgação ocorreu em publicação em sua rede, a Truth Social. Posteriormente, em evento na Casa Branca, Trump disse que o acordo com o Japão "pode ser o maior da história" e criará centenas de milhares de empregos.

» Indonésia
Também na terça-feira, a Casa Branca confirmou um acordo comercial com a Indonésia que prevê a "eliminação de 99% das barreiras tarifárias do país asiático para produtos americanos", enquanto os EUA vão reduzir a tarifa de 32% para 19% para os produtos do país entrarem no mercado americano. A Indonésia também se comprometeu a comprar cerca de US$ 15 bilhões em produtos dos EUA nos próximos dois anos e eliminar algumas barreiras técnicas e sanitárias que limitavam a entrada de produtos americanos.

» Filipinas
O acordo firmado entre o governo americano e as Filipinas determina que produtos oriundos do país do sudeste asiático sejam taxados em 19%, o que está abaixo da média de 25% a 50% que foi imposta a países sem acordo. Por outro lado, produtos norte-americanos exportados às Filipinas terão isenção total de tarifa e os dois países reforçaram um compromisso de cooperação militar.

» Vietnã
O governo americano determinou uma tarifa de 20% sobre produtos vietnamitas importados, abaixo dos 46% anunciados anteriormente, e uma taxa de 40% aos produtos que passam pelo Vietnã, mas são originários de outros países. Além disso, o Vietnã concederá aos EUA acesso total aos seus mercados comerciais e não vai taxar exportações de produtos americanos.